

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	25
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46.011.632
Preferenciais	38.670.637
Total	84.682.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2018	Dividendo	19/03/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	0,32595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	932.713	925.349
1.01	Ativo Circulante	17.586	22.302
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14	7
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.351	19.504
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.351	19.504
1.01.02.01.03	Títulos para Investimento	15.351	19.504
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.221	2.791
1.01.08.03	Outros	2.221	2.791
1.02	Ativo Não Circulante	915.127	903.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.381	2.370
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.381	2.370
1.02.01.09.03	Outros Ativos	2.381	2.370
1.02.02	Investimentos	912.740	900.671
1.02.02.01	Participações Societárias	912.740	900.671
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	912.699	900.671
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	41	0
1.02.03	Imobilizado	6	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	932.713	925.349
2.01	Passivo Circulante	2.159	6.631
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	9
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12	9
2.01.02	Fornecedores	243	194
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	243	194
2.01.03	Obrigações Fiscais	82	133
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	82	133
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	82	133
2.01.05	Outras Obrigações	1.822	6.295
2.01.05.02	Outros	1.822	6.295
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.305	5.919
2.01.05.02.04	Participação nos Lucros de Administradores	517	376
2.02	Passivo Não Circulante	417	353
2.02.02	Outras Obrigações	417	353
2.02.02.02	Outros	417	353
2.02.02.02.03	Outros Passivos	417	353
2.03	Patrimônio Líquido	930.137	918.365
2.03.01	Capital Social Realizado	336.206	336.206
2.03.02	Reservas de Capital	8.179	7.920
2.03.02.07	Res.para Manut. Cap. Giro Próprio	377	378
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	667	667
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	7.135	6.875
2.03.04	Reservas de Lucros	526.230	526.230
2.03.04.01	Reserva Legal	48.890	48.890
2.03.04.02	Reserva Estatutária	320.511	320.511
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	156.829	156.829
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.368	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	48.154	48.009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	79	77
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4	-4
3.03	Resultado Bruto	75	73
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.994	7.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-967	-857
3.04.02.01	Despesa de Pessoal	-697	-669
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-270	-188
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	37	69
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.924	7.932
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.069	7.217
3.06	Resultado Financeiro	299	124
3.06.01	Receitas Financeiras	299	124
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.368	7.341
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.368	7.341
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.368	7.341
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13049	0,08427
3.99.01.02	PNA	0,14354	0,09269
3.99.01.03	PNB	0,14354	0,09269
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13049	0,08427
3.99.02.02	PNA	0,14354	0,09269
3.99.02.03	PNB	0,14354	0,09269

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	11.368	7.341
4.02	Outros Resultados Abrangentes	145	-1.501
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	63	310
4.02.02	Variação Cambial de Investidas no Exterior	82	-1.778
4.02.03	Aquisições/Alienações Ações	0	-33
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.513	5.840

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-378	8.563
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-556	-591
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	11.368	7.341
6.01.01.03	Resultado de Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial	-11.924	-7.932
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	178	9.154
6.01.02.02	Outros Ativos	-29	47
6.01.02.03	Outros Passivos	207	9.107
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	588	811
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	588	811
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.356	-4.027
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-4.356	-4.027
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.146	5.347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.511	2.839
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.365	8.186

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	336.206	7.920	526.230	0	48.009	918.365
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	336.206	7.920	526.230	0	48.009	918.365
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.368	145	11.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.368	0	11.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	145	145
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	145	145
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	259	0	0	0	259
5.06.08	Dividendos Não Reclamados	0	259	0	0	0	259
5.07	Saldos Finais	336.206	8.179	526.230	11.368	48.154	930.137

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	316.845	7.621	508.901	0	49.535	882.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	316.845	7.621	508.901	0	49.535	882.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.341	-1.501	5.840
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.341	0	7.341
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.501	-1.501
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	188	0	0	0	188
5.06.08	Dividendos não Reclamados	0	188	0	0	0	188
5.07	Saldos Finais	316.845	7.809	508.901	7.341	48.034	888.930

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	116	146
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79	77
7.01.02	Outras Receitas	37	69
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-245	-171
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-245	-171
7.03	Valor Adicionado Bruto	-129	-25
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-129	-25
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.223	8.056
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.924	7.932
7.06.02	Receitas Financeiras	299	124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.094	8.031
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.094	8.031
7.08.01	Pessoal	697	669
7.08.01.01	Remuneração Direta	586	564
7.08.01.02	Benefícios	90	85
7.08.01.03	F.G.T.S.	21	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27	20
7.08.02.01	Federais	23	16
7.08.02.02	Estaduais	0	4
7.08.02.03	Municipais	4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	1
7.08.03.02	Aluguéis	2	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.368	7.341
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.368	7.341

Comentário do Desempenho

ALFA HOLDINGS S.A.
Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ N.º 17.167.396/0001-69
Alameda Santos, n.º 466 - São Paulo - S.P.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Informações Trimestrais da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”), relativas ao 1º trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Informações Trimestrais e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no período. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade holding, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando em diversos segmentos da economia nacional, tais como: financeiro, processamento de dados, informática, serviços e outros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 11.924 mil (R\$ 7.932 mil no 1º trimestre de 2017).

Preparação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e com as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de março de 2018. As informações relativas ao ano de 2018 estão sendo informadas comparativamente com 2017, conforme estas práticas.

Resultado do Período

A Sociedade apresentou no 1º trimestre de 2018 um lucro líquido de R\$ 11.368 mil (R\$ 7.341 mil no 1º trimestre de 2017), correspondendo a uma rentabilidade de 1,24 % (0,83% no 1º trimestre de 2017) sobre o Patrimônio Líquido inicial no valor de R\$ 918.365 mil (R\$ 882.902 mil em 2017).

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 930.137 mil em 31 de março de 2018 (R\$ 888.930 mil no 1º trimestre 2017), com crescimento de 1,28% no trimestre (0,68% no 1º trimestre 2017).

Capital Social

Em 19 de abril de 2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 336.206 mil para R\$ 352.804 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 10 de maio de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes e com as Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Informações Trimestrais da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

DIRETORIA

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
(Diretor Presidente)

Rubens Garcia Nunes
(Diretor Vice-Presidente)

Marco Aurélio Neto Arnes
(Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho Fiscal de 10 de maio de 2018.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 (EM MILHARES DE REAIS-EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”), que é uma sociedade anônima de capital aberto, originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. - PASA, constituída em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte – MG, e desde o início de suas atividades objetivava manter participações em outras empresas.

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo-SP e a modificação da denominação para Real S.A. Participações e Administração. A A.G.E de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A.. A sede social está localizada na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 466. A Sociedade é registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 - Brasil, Bolsa e Balcão com o código de negociação RPAD.

Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”, com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.), tecnologia e serviços (Metro Tecnologia Informática Ltda).

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Trimestrais referentes a 31 de março de 2018 são consistentes com as utilizadas na preparação das Informações Trimestrais referentes a 31 de março de 2017 e Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às Informações Trimestrais contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Estas Informações Trimestrais foram concluídas em 10 de maio 2018 e aprovadas pelo Conselho Fiscal da Sociedade na mesma data.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

b) Base para avaliação

As Informações Trimestrais foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das Informações Trimestrais da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. As principais aplicações do trimestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

d) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.

(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Notas Explicativas

e) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - i) Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - ii) *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - iii) *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- i) Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- ii) Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- iii) Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- iv) Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam causar impacto significativo sobre a Sociedade.

f) Mudanças nas principais práticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, e detalhado nas notas 3b e 3j, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conglomerado adotou inicialmente CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2018. Outras normas, incluindo o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, que são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, não tiveram efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Impactos Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração em 01 de janeiro de 2018:

O Conglomerado Alfa analisou a classificação de seus ativos e passivos financeiros nas categorias de mensuração originais do CPC38/IAS39, em relação as novas categorias de mensuração do CPC48/IFRS9, para cada classe de ativos e passivos financeiros em 01/01/2018.

Os ativos e passivos financeiros foram reclassificados de: i) empréstimos e recebíveis para valor justo por meio do resultado; ii) disponível para venda para valor justo por meio do resultado abrangente (exceto para títulos patrimoniais); iii) títulos para negociação para valor justo por meio do resultado; iv) mantido até o vencimento para valor justo por resultado, e v) empréstimos e recebíveis para custo amortizado.

Não há efeitos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas informações trimestrais da Sociedade.

Impactos perda por *impairment* de instrumentos financeiros em 01 de janeiro de 2018:

O Conglomerado Alfa avaliou os impactos para os ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48/IFRS9. As perdas por *impairment* resultaram em um efeito no 1º trimestre de 2018 de R\$1.259, líquido dos efeitos dos impostos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados, exceto pelos efeitos descritos na nota 2f, nas Informações Trimestrais de forma consistente pela Sociedade:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos.

b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Sociedade adotava até 31/12/2017 o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que tinha como base a classificação dos ativos financeiros nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

- a) **Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado:** eram aqueles ativos classificados como mantido para negociação. Os custos da transação foram reconhecidos no resultado conforme incorridos. Eram mensurados pelo valor justos e as mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros, foram reconhecidos no resultado do exercício.
- b) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** ativos que eram reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento eram mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- c) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** os ativos eram inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eram mensurados pelo valor justo e as mudanças foram reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.
- d) **Passivos financeiros não derivativos:** eram reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros foram mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo.

A partir de 01/01/2018, a Sociedade adotou, de forma retrospectiva o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração da Sociedade, bem como nas características dos fluxos de caixa contratados.

i. Reconhecimento e mensuração inicial CPC 48/IFRS 9

Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Apresentação dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir:

- (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado
- (2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- (3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens “a” e “b” acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- (4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; exceto os passivos derivativos.

O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo.

Notas Explicativas

iii. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando **a)** os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou **b)** quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou **c)** quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

iv. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais.

As Informações Trimestrais das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Informações Trimestrais incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do trimestre e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

e) Provisões

As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

g) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Notas Explicativas

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

h) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DISPONIBILIDADES EM BANCOS

	31.03.2018	31.12.2017
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	14	7

NOTA 5 – TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

Em 31 de março de 2018, os títulos para investimentos da Sociedade referem-se a Letras de Arrendamento Mercantil com remuneração média de 100% do DI (100% do DI em 2017). Estão compostas conforme segue:

	31.03.2018			31.12.2017	
	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Total	1 ano a 3 anos	Total
Letras de arrendamento mercantil	774	14.577	15.351	19.504	19.504

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS

	31.03.2018	31.12.2017
Circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	500
Impostos e Contribuições a Compensar (i)	2.188	2.267
Diversos	33	24
Total de outros ativos circulante	2.221	2.791
Não Circulante		
Depósitos judiciais (ii)	2.376	2.365
Opções por Incentivos Fiscais	5	5
Total de outros ativos não circulante	2.381	2.370

i) Impostos e contribuições a compensar:

O valor desta rubrica é formado basicamente de crédito de contribuição para o PIS e a Cofins recolhido a maior no período de fevereiro/1999 a janeiro/2004, no valor de R\$ 139, tendo por base o conceito de faturamento definido por sentença proferida em ação ordinária que transitou em julgado em agosto/2013 em favor da Sociedade. Este valor está sendo atualizado pela taxa Selic e sua compensação vem sendo feita através de pedido de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

ii) Depósitos judiciais:

Trata-se de Contribuição Previdenciária incidente sobre honorários de diretoria do período de janeiro/90 a julho/94 recolhida com a mesma alíquota incidente sobre folha de pagamento de funcionários, nos moldes da exigência contida no inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.787/89 e art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, a qual foi considerada inconstitucional pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Houve decisão judicial favorável à Sociedade, transitada em julgado. O processo aguarda decisão em relação aos depósitos judiciais efetuados pela Sociedade, uma vez que a Fazenda Nacional solicitou a transferência dos valores dos depósitos para garantia de outro suposto débito, executado pela União.

Notas Explicativas**NOTA 7 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS**

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

		Entidades coligadas				Resultado de equivalência patrimonial	
	Segmento	% de participação		Investimentos			
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.03.2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	17,76	17,73	253.661	250.756	2.973	1.229
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	16,90	16,89	145.171	143.449	1.726	1.569
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	Serviços	42,83	42,83	420.932	414.302	6.495	4.342
Metro-Dados Ltda.	Serviços	-	-	-	-	-	349
Metro Tecnologia Informática Ltda.	Serviços	49,36	49,36	92.935	92.123	730	443
Outros Investimentos	-	-	-	41	41	-	-
Totais				912.740	900.671	11.924	7.932

As movimentações dos investimentos em coligadas no trimestre findo em 31 de março de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas da seguinte forma:

Coligadas	Saldo em 31.12.2017	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações	Ajustes de Variações Patrimoniais	Saldo em 31.03.2018
					(3)	
Banco Alfa de Investimento S.A.	250.756	2.973	-	-	(68)	253.661
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	143.449	1.726	-	-	(4)	145.171
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	414.302	6.495	-	-	135	420.932
Metro Tecnologia Informática Ltda.	92.123	730	-	-	82	92.935
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	900.671	11.924	-	-	145	912.740

Coligadas	Saldo em 31.12.2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações	Ajustes de Variações Patrimoniais	Saldo em 31.12.2017
					(3)	
Banco Alfa de Investimento S.A.	246.085	6.244	(1.192)	-	(381)	250.756
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	136.926	7.060	(590)	-	53	143.449
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. ^(1/2)	414.752	19.729	-	(23.554)	3.375	414.302
Metro Dados Ltda. ⁽²⁾	42.030	5.762	-	(45.786)	(2.006)	-
Metro Tecnologia Informática Ltda. ⁽²⁾	40.981	7.923	-	45.786	(2.567)	92.123
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	880.815	46.718	(1.782)	(23.554)	(1.526)	900.671

- Em 07 de março de 2017, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$ 55.000. A redução se efetivou em 06 de novembro de 2017, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 23.554, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.
- Em 29 de dezembro de 2017 a coligada Metro Tecnologia Informática Ltda. (Metro Tecnologia) incorporou a coligada Metro Dados Ltda. (Metro Dados), que foi extinta, a fim de simplificar suas estruturas e diminuir custos, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa. Nessa operação, a Metro Tecnologia absorveu integralmente o patrimônio da Metro Dados, no valor de R\$ 91.974, conforme avaliação realizada por empresa especializada.
- A coluna de “Ajustes de Variações Patrimoniais” está representada por: i) “Ajuste positivo ao valor de mercado de TVM e Derivativos” no montante de R\$ 63 (R\$ 3.047 positivo em 2017) reconhecidos no patrimônio líquido das coligadas Banco Alfa de Investimento S. A. e Financeira Alfa S/A-CFI, e também refletindo no patrimônio líquido da Sociedade de forma direta e indireta por meio da Corumbal; e ii) variações cambiais positivas no montante de R\$ 82 (R\$ 4.573 negativa em 2017) reconhecidas no patrimônio líquido da coligada Metro Tecnologia, em função de seus investimentos em empresas sediadas no exterior.

Notas Explicativas

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis das coligadas:

Coligadas	31.03.2018						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Banco Alfa de Investimento S.A.	8.097.211	3.999.100	12.096.311	5.725.342	4.935.313	1.435.656	12.096.311
Financeira Alfa S.A. CFI	2.938.042	2.474.497	5.412.539	889.457	3.656.866	866.216	5.412.539
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	98.521	885.620	984.141	801	430	982.910	984.141
Metro Tecnologia Informática Ltda.	184.836	30.697	215.533	3.323	23.919	188.291	215.533

Coligadas	31.12.2017						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Banco Alfa de Investimento S.A.	8.278.359	3.810.117	12.088.476	6.123.407	4.542.724	1.422.345	12.088.476
Financeira Alfa S.A. CFI	3.386.544	1.974.652	5.361.196	533.388	3.971.636	856.172	5.361.196
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	103.419	867.486	970.905	3.051	424	967.430	970.905
Metro Tecnologia Informática Ltda.	183.122	31.373	214.495	3.310	24.538	186.647	214.495

Demonstração do resultado do período								
31.03.2018								
Coligadas	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Banco Alfa de Investimento S.A.	13.251	(1.126)	12.125	(25.204)	3.079	(10.000)	29.594	(4.764)
Financeira Alfa S.A. CFI	4.167	(4.860)	(693)	(112.807)	(4.009)	(117.509)	132.498	(4.844)
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	13.725	59	13.784	1.497	(114)
Metro Tecnologia Informática Ltda.	5.380	(489)	4.891	(4.201)	148	838	1.163	(522)

Demonstração do resultado do período								
31.03.2017								
Coligadas	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Banco Alfa de Investimento S.A.	8.397	(1.130)	7.267	(51.249)	7.809	(36.173)	39.508	3.608
Financeira Alfa S.A. CFI	2.624	(4.035)	(1.411)	(102.765)	(5.552)	(109.728)	125.883	(7.298)
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	6.960	-	6.960	4.137	(958)
Metro Dados Ltda.	658	(57)	601	(511)	(37)	53	915	(266)
Metro Tecnologia Informática Ltda.	3.919	(410)	3.509	(3.078)	(91)	340	959	(393)

NOTA 8 – OUTROS PASSIVOS

O Saldo de outros passivos refere-se basicamente a: i) parcela anual complementar de honorários R\$ 517 (R\$ 376 em 2017), classificada a curto prazo; ii) provisão para riscos fiscais de R\$ 417 (R\$ 353 em 2017) que está composto principalmente de ação de contribuição sindical patronal, avaliada como de perda provável, classificada no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa “3e”.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	31.03.2018			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital R\$ mil
	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206

	31.12.2017			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital R\$ mil
	84.682.269	46.011.632	38.670.637	316.845
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	316.845
Aumento de Capital (*)	-	-	-	19.361
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206

(*) Em 19/04/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 316.845 para R\$ 336.206, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

Notas Explicativas

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.03.2018		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

Classe de ações	31.12.2017		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

- recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);
- reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;
- apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de Capital

As Reservas de Capital estão assim representadas:

	31.03.2018	31.12.2017
Reservas de Manutenção do Capital de Giro	378	378
Reserva de Incentivos Fiscais	667	667
Reserva p/ Incorporação ao Capital	1.068	1.068
Outras Reservas de Capital (dividendos prescritos)	6.066	5.807
Total	8.179	7.920

c) Reservas de Lucros

c.1) Reserva legal

É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c.2) Reserva de Lucros a Realizar

É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

Em 2017, a parcela de lucros realizados correspondentes aos dividendos recebidos de coligadas foi de R\$ 811. Adicionalmente, a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade foi de R\$ 1.369, totalizando no exercício o valor de R\$ 2.180.

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2018	87.100	69.729	156.829
Constituição	-	-	-
Realização	-	-	-
Saldo Final em 31.03.2018	87.100	69.729	156.829

c.3) Reservas estatutárias

Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

Notas Explicativas**e) Dividendos**

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei n.º 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferencias tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 10 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31.03.2018	31.03.2017
Atualização dos depósitos judiciais	37	69

NOTA 11 – DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.03.2018	31.03.2017
Benefícios – FGTS	(21)	(20)
Remuneração diretoria e conselho de administração e fiscal	(445)	(423)
Encargos sociais e previdenciários	(90)	(85)
Parcela anual complementar de honorário	(141)	(141)
Total	(697)	(669)

NOTA 12 – OUTRAS DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.03.2018	31.03.2017
Contribuição sindical patronal	(63)	(59)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(29)	(38)
Convênio de ações escriturais	(11)	(11)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(30)	(26)
Serviços de terceiros	(42)	(34)
Despesas tributárias	(23)	(16)
Provisões Diversas	(69)	-
Outras	(3)	(4)
Total	(270)	(188)

NOTA 13 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.03.2018		31.03.2017	
	IRPJ	C. Social	IRPJ	C. Social
Lucros antes das tributações	11.368	11.368	7.341	7.341
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.842)	(1.023)	(1.835)	(661)
Efeito das adições e exclusões				
- Adições:	(204)	(74)	(173)	(63)
Parcela anual de complemento de honorários da diretoria e conselho	(129)	(47)	(124)	(45)
Outras adições	(75)	(27)	(49)	(18)
- Exclusões:	3.046	1.097	2.008	724
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.981	1.073	1.983	714
Outras exclusões	65	24	25	10
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social que, em 31 de março de 2018, apresentaram saldos acumulados de R\$ 3.025 (R\$ 2.949 em 2017) e R\$ 938 (R\$ 876 em 2017), respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 14 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

	31.03.2018	31.03.2017
No início do exercício	19.511	2.839
Disponibilidades	7	6
Títulos para Investimentos (1)	19.504	2.833
No final do exercício	15.365	8.186
Disponibilidades	14	4
Títulos para Investimentos (1)	15.351	8.182
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(4.146)	5.347

(1) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade.

NOTA 15 - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

a) Gestão do Capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

b) Risco de Liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização.

d) Risco de mercado

Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados

Notas Explicativas

os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

e) Risco operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes Relacionadas entre a Sociedade e coligadas

	31.03.2018		31.12.2017		31.03.2018		31.03.2017	
	ativos	(passivos)	ativos	(passivos)	receitas	(despesas)	receitas	(despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	1	-	-	-	-	-	-	-
- Outras partes relacionadas	1	-	-	-	-	-	-	-
Banco Alfa S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
Títulos para Investimento	15.351	-	19.504	-	299	-	124	-
- Outras partes relacionadas	15.351	-	19.504	-	299	-	124	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	15.351	-	19.504	-	299	-	124	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	500	-	-	-	-	-
- Coligadas	-	-	500	-	-	-	-	-
Financeira Alfa S.A.	-	-	500	-	-	-	-	-
Outros Ativos / Outros Passivos	27	-	24	-	79	-	77	-
- Coligadas	27	-	24	-	79	-	77	-
Metro Dados Ltda.	-	-	-	-	-	-	37	-
Metro Tecnologia Informática Ltda.	27	-	24	-	79	-	40	-

Partes Relacionadas – Descrições das Prestações de Serviços

Empresas coligadas	Metro Tecnologia Informática Ltda.	Metro Dados Ltda.
Objeto do contrato	Prestação de Serviços de assessoria, consultoria administrativa em geral nas áreas financeira, fiscal, contratos e contábil.	Prestação de serviço de assessoria, consultoria administrativa em geral nas áreas financeira, fiscal, contratos, contábil e compras.
Garantias e Seguros	Não há.	Não há.
Rescisão/ extinção	Fica ressalvado às partes o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante a simples comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedência mínima de 30 dias, sem que com isso seja devida qualquer importância, a título de multa ou indenização.	Fica ressalvado às partes o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante a simples comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedência mínima de 30 dias, sem que com isso seja devida qualquer importância, a título de multa ou indenização.
Montante envolvido	R\$ 106	R\$ 0
Ativo/ (Passivo)	R\$ 27	R\$ 0
Receita/ (despesa)	R\$ 79	R\$ 0

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2017, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 130 (R\$ 130 em 2017). No 1º trimestre 2018, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 394 (R\$ 379 em 2017).

- (1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: No 1º trimestre de 2018 e 2017 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.

Notas Explicativas

(2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(3) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de março de 2018: Preferenciais: 32,104% e total de ações: 16,749%.

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
Contadora
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Alfa Holdings S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de Maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF n.º 17.167.396/0001 69 e NIRE 35 3 0002375 7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram as Informações Trimestrais da Sociedade, elaboradas pela Administração com referência aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, na forma do artigo 163, item VI, da Lei de Sociedades por Ações, e mandaram consignar em ata sua concordância com referidas Informações.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Eurico Ferreira Rangel

Conselheiro Efetivo

Rubens Barletta

Conselheiro Efetivo

Luiz Henrique Coelho da Rocha

Conselheiro Suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF n.º 17.167.396/0001 69 - NIRE 35 3 0002375 7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais - ITR relativas aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Diretor Presidente

Rubens Garcia Nunes

Diretor Vice-Presidente

Marco Aurélio Neto Arnes

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF n.º 17.167.396/0001 69 - NIRE 35 3 0002375 7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais - ITR relativas aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Diretor Presidente

Rubens Garcia Nunes

Diretor Vice-Presidente

Marco Aurélio Neto Arnes

Diretor